

O FETICHE DO PATRIMÔNIO

MARIZA VELOSO*

Resumo: o artigo trata da profunda mercantilização da cultura reinante na sociedade contemporânea, o que pode influenciar a dinâmica da produção e reprodução das manifestações que integram o universo patrimonial. Discute, ainda, o risco da fetichização das manifestações culturais, argumentando que a ênfase relativa ao patrimônio imaterial deve incidir na produção e reprodução do grupo social e nas formas de transmissão de tal patrimônio. Argumenta, igualmente, que os bens patrimoniais são diferenciados diante de outras mercadorias, na medida em que possuem uma densidade simbólica específica, resultado de sua produção eminentemente coletiva.

Palavras-chave: *patrimônio, fetiche, consumo, mercadoria*

Este artigo trata do risco de se transformar o patrimônio cultural ou bem patrimonial em uma mercadoria como outra qualquer, ou, simplesmente, em puro fetiche, quando o patrimônio cultural, com suas complexas redes de práticas e significados, se transforma em mero produto, ou objeto “coisificado”, ou fetichizado.

A motivação para tal reflexão deve-se à necessidade de suscitar novos debates e construir permanente indagação sobre questões e temáticas relativas ao patrimônio cultural, diante das engrenagens da sociedade contemporânea.

O chamado capitalismo tardio, marcado pela internacionalização do capital e flexibilidade do trabalho, entre

outras conseqüências, provocou uma profunda mercantilização da cultura, introduzindo a noção de que o consumo cultural promove distinção social.

O patrimônio cultural, tanto o material quanto o imaterial, extrai sua singularidade por expressar “marcas de distinção” que, por sua vez, remetem a situações específicas vividas por uma determinada comunidade, como, por exemplo, os brincantes de um determinado Bumba-Meu-Boi, os participantes de um grupo de roda-de-samba no Recôncavo Baiano, ou outras manifestações populares da cultura brasileira.

O patrimônio cultural deve ser entendido como um campo de lutas a que diversos atores comparecem construindo um discurso que seleciona, se apropria de práticas e objetos e as expropria.

É preciso notar, desde logo, que não se advoga aqui a tese de que os valores estéticos, históricos ou outros, presentes nas manifestações patrimoniais, sejam compartilhados de modo homogêneo por uma determinada coletividade.

De modo geral, são muitos os atores presentes neste campo de luta, como o próprio IPHAN, ONG's culturais, o poder político local, as associações comunitárias etc. No âmbito desta reflexão, é preciso enfatizar dois registros teórico-empíricos. O primeiro refere-se ao fato de que o patrimônio cultural, a par de sua existência real, constitui uma formação discursiva (FOUCAULT, 1972) que adquiriu solidez ao longo da modernidade ocidental. O segundo consiste em enfatizar a importância definitiva da ampliação da idéia de patrimônio cultural, que deixou de incorporar só os bens materiais, especialmente os chamados de “pedra e cal,” mas também assimilou práticas culturais expressivas da diversidade cultural brasileira – constituídas por manifestações históricas e estéticas genuínas, vivas, concretas e provindas dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira.

Um dos eixos da argumentação deste artigo aponta para a singularidade do bem patrimonial que possui uma densidade histórica específica.

Entretanto é inegável que o patrimônio cultural, em qualquer de suas variantes – material, imaterial, histórico artístico, natural, arquitetônico etc. –, sempre expressa valores coletivos corporificados em manifestações concretas.

Assim, falar de patrimônio cultural é mais complexo do que pode parecer à primeira vista, precisamente porque o patrimônio cultural é fruto de relações sociais definidas, historicamente situadas e, ao mesmo tempo, é corporificado em alguma manifestação concreta, seja conceitualmente definida como material ou imaterial. Contudo, o patrimônio cultural corre o risco de ser retificado, corre o risco de tornar-se um fetiche.

Portanto, tornar o patrimônio um fetiche, considerar apenas o seu produto objetivado é um risco palpável diante da sociedade de consumo e da “modernidade líquida” (BAUMAN, 2001). Nela o fragmento, a aparência e o individualismo imperam.

Já se disse muitas vezes que a sociedade atual é a associação entre individualismo e mercado, além da predominância da prática do consumo, da privatização da vida pública e da reificação das relações sociais transformadas em relações entre coisas.

Diante desse quadro, podemos perguntar-nos: como fica estabelecido o lugar do patrimônio no mercado de bens simbólicos que existe na sociedade contemporânea brasileira?

Este breve artigo trata da ameaça de transformar o patrimônio em fetiche. O perigo que se corre é o de transformar os bens culturais em meros objetos de consumo, em transformar o patrimônio material em expressão de uma história rasa; ou, ainda, transformar as manifestações culturais do patrimônio imaterial em fetiche, ou seja, privilegiar o produto transformado em objeto de consumo como qualquer outra mercadoria que circula na sociedade atual.

Enfatiza-se que as manifestações patrimoniais não podem transformar-se em mero objeto de consumo, muito embora, como qualquer outro produto, também percorram a trilha de sua própria alienação. Ocorre que o processo de

“coisificação” ou “objetificação” que envolve os bens patrimoniais passa, necessariamente, por duas dimensões inexoráveis e que lhes conferem uma aura singular – a dimensão coletiva e a dimensão da história ou da memória.

Por outro lado, pode-se correr um outro risco, o de tratar o patrimônio como se fosse uma idéia abstrata a pairar sobre as consciências individuais, o que resultaria numa percepção atomizada e estática dos indivíduos – seres apartados de sua consciência coletiva.

É preciso, ainda, não perder de vista que o patrimônio cultural coloca em circulação bens culturais de extrema valia no mercado de bens simbólicos. Portanto, a produção, a valorização e a apropriação de tais bens remetem sempre ao campo das lutas simbólicas que ocorrem no interior de toda sociedade ou mesmo de um grupo social.

O patrimônio cultural, quando bem compreendido, expressa diferentes representações coletivas que estabelecem múltiplas conexões entre si. Em situações de pesquisa, o que sobressai é a transformação do informante em intérprete de seu próprio patrimônio.

O que importa destacar é que, quando se trata de patrimônio cultural, seja material ou imaterial, fala-se também de valores e de interesses coletivos que, por sua própria especificidade, não são fixos nem imutáveis.

Valores e interesses não existem a esmo nem constituem vagas abstrações, mas estão associados a práticas sociais concretas e são construídos e vividos no interior da vida social, com seus conflitos, contradições, consensos e hierarquias.

O importante a destacar é a intrínseca relação existente entre patrimônio cultural e experiência coletiva, ou seja, os saberes e fazeres tradicionais e genuínos são conhecimentos compartilhados que fazem parte do repertório cultural comum de um determinado grupo. Em outras palavras, é fundamental que se vincule, sempre, a pulsação do patrimônio cultural à dinâmica da experiência coletiva.

Vale dizer que o conceito de experiência coletiva foi primeiramente utilizado por Walter Benjamin num artigo

intitulado *Experiência e Pobreza*. Nele o autor discute a relação entre experiência coletiva significativa – no sentido de uma vivência – e a capacidade narrativa.

Nesse sentido, o que se espera é que os próprios produtores culturais, ou os nativos de cidades históricas sejam capazes de construir suas próprias narrativas a respeito dos bens patrimoniais, como as casas, praças, palácios, igrejas etc., como também sobre as manifestações culturais singulares a exemplo do artesanato, das danças dramáticas, ou das comidas típicas.

O CONCEITO DE FETICHE

A idéia de fetiche ou feitiço é antiga e aparece em diversos campos disciplinares. Uma “teoria do fetichismo” foi elaborada por diversos autores. Entre outros, destacam-se Karl Marx (1818-1883) com o fetichismo da mercadoria; Sigmund Freud (1856-1939) com o fetichismo sexual; e, ainda, muitos antropólogos que estudaram o fetichismo na magia e na religião. Os mais clássicos, são James G. Frazer (1854-1941) e Edward Tylor (1832-1917).

Apesar da abordagem multidisciplinar, (sem aprofundamento na temática), parece haver uma idéia comum entre os autores citados: a da suposição de um “deslocamento simbólico” (de um ser para o outro, de uma coisa para a outra, ou, ainda, um deslocamento de um fato para o outro, dos produtores para o produto, ou alguma manifestação de um passado significativo para um presentismo vazio).

Pensar sobre o fetiche, em quaisquer de suas abordagens – da mercadoria, da sexualidade, da religião, da moda, ou mesmo do poder, numa sociedade de consumo como a atual, requer atenção redobrada, pois, para além do império do consumo, movimentamo-nos em cenários de muitos simulacros da sociedade moderna, como os cenários e espetáculos produzidos pela atividade turística, os parques temáticos etc.

A teoria Marxista do fetichismo, segundo Rubin (1987, p. 22),

consiste em Marx ter visto entre as coisas relevantes a ilusão da consciência humana, que se origina da economia mercantil e atribui às coisas características que têm sua origem nas relações entre as pessoas no processo de produção.

Ainda segundo Rubin (1987, p. 23), “o que na realidade é uma relação entre pessoas aparece como uma relação entre coisas, no contexto do fetichismo da mercadoria”.

Um ponto essencial na teoria fetichista, da perspectiva da economia política marxista, é o de Marx não ter mostrado apenas que as relações humanas eram encobertas por relações entre coisas, mas, também, que na economia mercantil as relações sociais de produção assumem a forma de coisas e não se expressam a não ser através de coisas.

Ainda segundo a interpretação marxista,

Existe uma estreita relação e correspondência entre o processo de produção de bens materiais e a forma social em que esta é levada a cabo, isto é, a totalidade das relações de produção entre os homens (RUBIN, 1987, p. 35).

Contrariamente ao avassalador processo do consumismo e individualismo que aciona valores e práticas sociais predominantes na sociedade contemporânea, as manifestações do patrimônio imaterial – celebrações, rituais, conjunto de saberes e fazeres, entre outras –, corporificam sentidos e valores coletivos que ensejam sentimentos de pertencimento dos indivíduos a um determinado grupo. Felizmente, documentos e reflexões produzidos pelo IPHAN, por acadêmicos e outros atores sociais, advertem sobre a necessidade de se pautar as ações de valorização do patrimônio imaterial pelo conceito de “referência cultural”.

Tais reflexões ressaltam especialmente que o patrimônio imaterial efetivamente não pode abrir mão do conceito de “referência cultural”, pois é ele que informa a prática do registro patrimonial, uma vez que ainda remete ao processo de produção, às relações sociais entre os produ-

tores e igualmente ao repertório simbólico de um determinado grupo social.

PATRIMÔNIO IMATERIAL: O CONCEITO DE REFERÊNCIA CULTURAL

Como desvencilhar-se das armadilhas da mercantilização desvairada que hoje reina na produção cultural e artística da sociedade contemporânea? Como tratar da própria dinâmica relativa à produção e reprodução do patrimônio imaterial?

Conforme já foi explicitado, um dos caminhos que instaura e constitui o patrimônio imaterial é o conceito de referência cultural¹. Esse conceito derivou de intensa discussão e produção de múltiplos documentos, fruto do trabalho obstinado do corpo técnico do IPHAN e de especialistas e acadêmicos identificados com a temática do patrimônio cultural.

Sua importância deriva do fato de que seu foco recai sobre os produtores dos bens culturais e não sobre o produto. Além disso, reforça o caráter simbólico e político do processo de produção e apropriação do patrimônio cultural.

Segundo Londres (2000, p. 11):

Quando se fala em 'referências culturais', se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco do bem – que em geral se impõe por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu 'peso' material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados.

A identificação e valorização do patrimônio cultural, especialmente daquele designado como imaterial, pode ensejar o fortalecimento do espaço público, espaço privilegiado onde múltiplos grupos sociais e suas manifestações culturais e

identitárias podem ser reconhecidos como representações legítimas da cultura brasileira.

A idéia de referência cultural, além de permitir a ênfase nos laços sociais entre os indivíduos, reforça a possibilidade de formação de grupos – cantadores, dançarinos, artesãos – e, o que é mais importante, reforça o diálogo entre diferentes sujeitos e entre diferentes gerações.

O próprio conceito de referência cultural traz em seu âmago a idéia de que as referências culturais se encontram no bojo de um universo de significações que é compartilhado, o que permite a coesão e comunicação entre diferentes sujeitos (LONDRES, 2006).

Em suma, o conceito de referência cultural ressalta o processo de produção e reprodução de um determinado grupo social e aponta para a existência de um universo simbólico compartilhado.

Tal perspectiva pode afastar qualquer “agência” (de modo geral, o pesquisador) de cair no erro de focalizar sua atenção unicamente nos resultados produzidos, nos produtos, nos objetos finais, ou nos eventos em que ocorrem as manifestações patrimoniais, o que permite ainda desmistificar a noção abstrata de comunidade.

Para que o conceito de referência cultural seja de fato operacionalizável e eficaz, é preciso vinculá-lo indubitavelmente ao processo de produção e reprodução social de um grupo específico, ou de uma “comunidade real”, o que, por sua vez, traz à tona o conceito de conflito entre indivíduos e grupos, de suas lutas de poder e, por fim, até mesmo a discussão sobre desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, mister se faz encorajar pesquisas que relacionem a designação ou nomeação do patrimônio cultural aos conflitos sociais e políticos presentes em cada paisagem social.

Outro ponto que se impõe à reflexão refere-se às possíveis relações entre patrimônio cultural e poder local. É preciso indagar de que modo o patrimônio imaterial está sendo apropriado, seja pelo grupo produtor das manifestações culturais, seja pelas elites locais.

Numa curiosa reversão ideológica, o patrimônio cultural, normalmente associado à história e à tradição, cada vez mais adquire um valor positivo, justamente no momento agudo da modernidade e da globalização.

É muito louvável a valorização e o reconhecimento do patrimônio cultural, ao mesmo tempo ancorado na tradição e considerado índice de modernidade. Contudo, o perigo reside na apropriação politqueira, patrimonialista, privatista do patrimônio cultural, o que consiste em negar sua característica mais poderosa e fonte de força e legitimidade, a de ser o resultado de uma produção coletiva.

Enfatiza-se a relação entre poder local e patrimônio cultural que deve ser cada vez mais pesquisada no Brasil, pois, mesmo com o processo de democratização e modernização da sociedade brasileira, o poder local e sua capacidade de manipulação da tradição, da memória coletiva e da identidade local não podem jamais ser desprezados.

O DESAFIO DO FETICHE

Conforme já foi explicitado, assiste-se na sociedade contemporânea a um intenso processo de mercantilização da cultura. Nas últimas décadas, incrementou-se o consumo cultural de massa, o que, por um lado, permitiu o acesso mais igualitário aos equipamentos culturais por parte de diferentes grupos sociais e, por outro lado, maquiou, ou pelo menos simplificou ou banalizou as manifestações culturais com o verniz do consumo.

Conforme já foi dito, o perigo que se corre é tomar o patrimônio imaterial apenas pelas suas formas objetivadas, transformadas em objetos ou produtos.

O que o conceito e mesmo a prática relativa ao patrimônio imaterial trazem de mais fecundo é sua relação visceral com a vida social e cotidiana dos grupos sociais, que são os sujeitos desse processo, porque portadores dos conhecimentos, dos saberes, fazeres e da memória dos lugares, como as rendeiras, doceiras, paneleiras e artesãos em geral.

Sempre que as manifestações do patrimônio imaterial se transformam em mercadorias, em entretenimento para o consumo, em espetacularização, a ênfase é posta no fetiche. O que sobressai é a relação entre coisas, entre mercadorias e não as relações sociais entre os indivíduos produtores.

É preciso, portanto, não espetacularizar ou coisificar o patrimônio, seja material ou imaterial, e um dos procedimentos indispensáveis é não perder de vista o sentido que determinada manifestação cultural tem para o grupo que a produz.

Nos diversos documentos que o IPHAN produziu sobre o patrimônio cultural, encontra-se a preocupação com esta temática.

Assim, segundo Arantes (2000, p. 24),

nosso primeiro desafio foi tornar viável a identificação e a documentação, dentro dos temas destacados, de conjuntos de referências ou bens culturais, que fossem significativos para grupos sociais específicos. O segundo foi manter a associação desses bens aos conjuntos (sistemas) e aos contextos que lhe dão sentido. E, finalmente, evitar a produção de um tipo de registro que congelasse o processo social formador desses bens, como se eles fossem objeto sem história.

O patrimônio cultural tem uma densidade simbólica diferenciada que deriva sua singularidade do resultado de atividades coletivas e públicas. No entanto, não se pode esquecer que também o patrimônio revela e vela valores e interesses e é sobretudo, um campo de lutas.

É nesse sentido que Arantes (2000, p. 27) chama a atenção para o risco de o INRC ignorar eventuais reflexos provocados pela sua própria ação:

o INRC deverá ter efeitos sobre o processo social e político pelo qual se forma, legitima-se e dá-se publicidade ao patrimônio cultural, com conseqüências para a formação e a reconfiguração das identidades dos grupos e categorias sociais envolvidas. A reflexividade do inventário poderá, assim, criar impactos sobre estratégias po-

líticas e de mercado associados ao patrimônio nos meios sociais envolvidos. Essa possibilidade coloca um alerta sobre o processo de escolha dos objetos que deverão ser aí incluídos nos repertórios culturais a serem inventariados e as conseqüências políticas dessa decisão.

O patrimônio cultural pode, ainda, ser interpretado como fato social total, pois é uma arena em que se descortinam diversas dimensões, como a simbólica, a política e a econômica.

É por esta mesma razão que é preciso observar o poder econômico e político que hoje possuem os grandes conglomerados de empresas turísticas e a vinculação que cada vez mais procuram ter com o patrimônio. No entanto, consideram-no simplesmente como um “agregador de valor”, o que gera a tentativa de transformação do patrimônio em pura mercadoria.

Outra questão importante em relação ao patrimônio cultural, e já antes debatida pelos mais diferentes especialistas, diz respeito ao processo de “gentrificação” (*gentrification*)² e à atual concorrência entre as cidades, visando o incremento das atividades turísticas.

Assim como o patrimônio imaterial não deve ser confundido com cultura popular, ou folclore, o processo de gentrificação não necessariamente preserva e qualifica o patrimônio material nem promove necessariamente o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento da cidadania (SANTANA, 2003).

Análises já realizadas em diversos trabalhos acadêmicos indicam que o processo de gentrificação também expulsa os grupos tradicionais do lugar, dissolve a trama social e simbólica da “comunidade real” e constrói cenários urbanos adversos à constituição do espaço público onde, segundo Arendt (1987), os mais diferentes sujeitos podem falar e agir em público, isto é, perante outros e, no caso do Brasil, deve-se acrescentar que, no espaço público, a diversidade cultural pode tornar-se “visível e dizível” (FOUCAULT, 1972).

Além da indústria do turismo, dos processos de gentrificação, da mercantilização desenfreada, outros fetiches rondam o patrimônio cultural. Assim, outro fetiche que contamina o campo semântico do patrimônio cultural diz respeito ao “coleccionismo”, o fetiche dos colecionadores que insistem em reter o objeto e transformá-lo em “coisa sagrada” e privada, sem a possibilidade do acesso e da fruição do público.

Igualmente não se pode reificar a categoria “interpretação do nativo” ou “representação dos nativos”. A idéia de representação do nativo é cara à Antropologia, especialmente em sua vertente etnográfica. No entanto, é preciso, em cada situação específica, situar quem são os nativos, não só em sua constituição interna, como também qualificar o “lugar de fala” de cada um.

Mais do que situar sociológica e historicamente aqueles que compõem o “grupo dos nativos”, é importante, sobretudo, situar tal grupo em suas conexões externas, isto é, no relacionamento de conflito ou de consenso diante de outros grupos sociais e, até, no relacionamento com os poderes locais, estaduais e federais, especialmente com o IPHAN.

Outro perigo é o fetiche da idéia de comunidade. Conforme Baumann (2001), uma das conseqüências da modernidade líquida é a ênfase na noção de comunidade, já que a idéia de sociedade como uma totalidade histórica concreta – idéia cara à “modernidade sólida” – está em franco declínio.

Baumann (*apud* ROBSBAWN, 2001, p. 27) em suas análises sobre o século XX – que estão no livro *A era dos impérios* –, afirma: “nunca se falou tanto em comunidade e nunca foi tão difícil encontrar comunidades reais”.

É comum, no discurso sobre patrimônio imaterial, o estabelecimento da relação entre as práticas culturais a ele concernentes e a comunidade.

A comunidade, muitas vezes, aparece como uma realidade abstrata, neutra, cuja dinâmica singular não se conhece ou se discute. A existência da comunidade é ape-

nas postulada, no plano discursivo aparece como uma “comunidade imaginada”, numa metáfora com a idéia de nação, na suposição de que os laços sociais entre os indivíduos sejam sólidos, duradouros, e em cuja seio encontra-se aconchego e segurança.

Uma das tendências da chamada sociedade pós-industrial, pós-ideológica e pós-política é transformar um conjunto de idéias em entidades neutras, auto-gestadas, anteriores e impermeáveis a qualquer experiência histórica. Neste conjunto de idéias destacam-se algumas: mercado, comunidade, tecnologia, multiculturalismo.

Essas idéias são aduzidas para descrever a sociedade contemporânea e, conforme foi dito, são tomadas como realidades dadas.

•i•ek (1999), filósofo contemporâneo, tem endereçado críticas contundentes à sociedade de consumo e às ideologias do multiculturalismo e da globalização como específicas do capitalismo tardio.

Segundo esse autor,

nas condições sociais do capitalismo tardio, a materialidade mesma do Ciberespaço gera automaticamente a ilusão de um espaço abstrato, com intercâmbio ‘livre de fricção’, no qual se apaga a particularidade da posição social dos participantes (•I•EK, 1999, p. 24).

A disseminação das tecnologias da informação, do mercado, do consumo e da mercantilização da cultura ocorrem de modo paralelo à naturalização destes conceitos e destas práticas.

Ainda conforme •i•ek (1999), conforme, para a disseminação indiscriminada destas práticas, “é fundamental o apagamento da distinção entre “cultura” e “natureza” a contraface da “naturalização da cultura” (o mercado, a comunidade, considerados como organismos vivos, é a “culturalização da natureza”). A vida mesma é concebida como um conjunto de dados que se auto-reproduzem.

[...] esta naturalização da internet (world wide web), do mercado e da comunidade, oculta o conjunto de relações de poder (de decisões políticas de condições institucionais que requerem os 'organismos' como a Internet, ou o mercado, ou o capitalismo para prosperar (•I•EK, 1999, p. 32).

Assim, o momento histórico atual requer uma vigilância crítica, severa, a fim de evitar o fetichismo da comunidade, quando esta é definida como um todo orgânico, fundado no consenso “natural” entre as partes e no fetiche do mercado, quando este é definido como uma realidade autônoma e auto-regulada.

Outro ponto que merece reflexão diz respeito ao fato de que o patrimônio cultural exibe um dos paradoxos mais contundentes dos tempos atuais, uma vez que, necessariamente, se associa à tradição, à história, à modernidade sólida e, ao mesmo tempo, precisa sintonizar-se com a pós-modernidade e, mais do que isto, com a agenda contemporânea.

Diante das novas engrenagens avassaladoras da sociedade de consumo, que passa seu rolo compressor sobre o relevo da história, e tendo em vista que as idéias relativas ao patrimônio cultural e às práticas de preservação são descendentes diretas da modernidade, carregam-se e ao mesmo tempo, produzem-se novas tradições. Dessa forma, torna-se imperativo problematizar a noção de tradição. Quem a definiu? A partir de que lugar? Com que legitimidade? Como se constituem os processos de sua transmissão?

Especialmente em relação ao patrimônio imaterial, uma das formas de evitar as armadilhas do fetichismo, do individualismo e do consumismo é colocar a ênfase nos processos de transmissão da tradição, do saber-fazer, das rezas, das danças, das práticas alimentares e não, simplesmente, no produto.

Isto porque, apesar de as práticas patrimoniais serem igualmente apropriadas pela sociedade de consumo, elas têm valores simbólicos que expressam uma densidade e uma profundidade que lhes permite transcender a condição de uma mercadoria qualquer.

Tal fato é possível porque as manifestações do patrimônio cultural (material ou imaterial) só fazem sentido quando evidenciam seu próprio sentido e estão associadas às referências culturais concretas advindas de um universo simbólico compartilhado coletivamente.

A tradição cultural é fruto de uma tessitura muito complexa que os indivíduos tecem com base em elementos da história, da memória e do cotidiano.

E desta forma, a produção social do patrimônio cultural incide sobre a reprodução social dos grupos produtores de tais manifestações, o que, em muitos casos, têm gerado desenvolvimento sustentável para os grupos produtores, como, por exemplo, para as mulheres produtoras de panelas de barro no Espírito Santo, as chamadas “paneiras”, que foram objeto do primeiro registro de patrimônio imaterial.

O que parece garantir a densidade simbólica do patrimônio cultural é estar ele ancorado na profundidade das reações sociais que tecem a armadura das manifestações patrimoniais, como, por exemplo, as festas populares, as romarias, as festas juninas, o samba-de-roda baiano, a dança da catira em Minas Gerais e Goiás.

O que garante ainda tal singularidade simbólica é o enraizamento dessas manifestações culturais num repertório social vivenciado coletivamente, o que proporciona a atribuição de sentido à vida social de modo visceral e não apenas artificial.

A atribuição de sentido às práticas culturais permite associar elementos e acontecimentos da realidade social concreta e faz com que os sujeitos sociais construam o próprio sentido da sua identidade social.

No documento diretriz “como ler o Inventário Nacional de Referência Cultural” (INRC), encontra-se definida a idéia de sentido patrimonial como um dos sustentáculos necessários para o registro de patrimônio imaterial.

Conforme o próprio documento,

o trabalho cultural de construção de sentidos e sobre significações baseado no concreto e com elementos do concreto – pois não é inerente à natureza de tais objetos, práticas e lugares o

fato de serem associados à identidade – confere reflexivamente a essas realidades o que se poderia chamar de sentido patrimonial, ou seja, elas passam a integrar um repertório diferenciado de distâncias com que se constroem as fronteiras simbólicas e com que se configuram as imagens de si e de outrem. É este o seu valor como ingrediente da construção de identidades, ou seja, de tradições e de territórios (INCR – IPHAN – MIN. 2000).

CONCLUSÃO

A reflexão aqui proposta dirigiu-se à dinâmica cultural contemporânea, que tem experimentado um conjunto vasto de transformações que, por sua vez, apontam tanto para promissoras alternativas e novas possibilidades de valorização da cultura, quanto para uma brutal reificação e instrumentalização da cultura, visando ampliar a sociedade de consumo e, por decorrência, o incremento do desenvolvimento do capitalismo.

Enfatizou-se que o patrimônio cultural não pode transformar-se em “consumo para entretenimento”, ou em negócio (Bussiness), ou tão-somente em mercadoria de consumo cultural.

Enfim, o patrimônio cultural não pode reduzir seu valor, seu sentido patrimonial aos objetos produzidos (artefatos ou rituais). Em suma, é preciso evitar a armadilha do fetiche, a partir da qual se personalizam relações entre coisas e se naturalizam relações sociais.

Concluindo, pode-se afirmar que a riqueza do patrimônio cultural consiste em seu poder de reforçar a idéia de pertencimento ao todo coletivo e em reforçar a identidade social dos mais diferentes grupos, trazendo para o espaço público múltiplas manifestações culturais, afastando, assim, com a força simbólica de sua constituição, todos os fetiches e simulacros.

Referências

ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). *Memória e patrimônio*. Rio de Janeiro: DPGA, 2003.

- ANDRADE, M. *Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade*. Brasília: IPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.
- ANDRADE, M. *O turista aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- ARANTES, A. A. Como ler o INRC. In: INRC. Inventário Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação. Departamento de Identificação e Documentação. IPHAN. Minc, 2000.
- ARENDT, H. *Condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987
- ARENDT, H. *Condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- ARENDT, H. *Crises da república*. São Paulo: Perspectiva, 2004b.
- ARENDT, H. *O que é política?* Fragmentos das Obras Póstumas Compilados por Ursula Ludz. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004a.
- BAUMANN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: OBRAS Escolhidas. Magia e Técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FABIAN, J. *Time and the other: how anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press, 2002.
- FOULCAULT. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.
- HABERMAS, J. *Coleção grandes cientistas sociais*. Organização e introdução Bárbara Freitag. São Paulo: Ática, 1981.
- HEGEL, G. W. F. Fenomenologia do espírito e introdução à Filosofia da História. São Paulo: Abril, 1981. (Coleção Os Pensadores).
- HONNETH, A. *Lutas por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: [s.n.], 2003.
- JAMESON, F. *Pos-modernism, or the cultural logic of late capitalism*. Durham: Duke University Press, 1991.
- KOJÈVE, A. Introdução à leitura de Hegel. Rio de Janeiro: Eduerj; Contraponto, 2002.
- LONDRES, C. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 147, out-dez, 2001.
- LONDRES, C. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: Inventário Nacional de Referências Culturais. *Manual de aplicação IPHAN*. [S.l.:s.n.], 2000, Minc.
- MÁRCIA, S. A Cidade atração: patrimônio e valorização de áreas culturais no Brasil dos anos 90. In: SEMINÁRIO Internacional, sobre museus e cidades. Museu Rio de Janeiro: Histórico Nacional, 2003.
- ROCHLITZ, R. *O desencantamento da arte: a filosofia de Walter Benjamin*. Bauru/São Paulo: Edusc, 2003.

RUBIN, I. I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987. (Coleção Teoria e História).

SANTANA M. a face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. *Memória e patrimônio*. Rio de Janeiro: DPGA, 2003.

•I•EK, S. *Estúdios culturales: reflexiones sobre el multiculturalismo*. Barcelona: Paidós, 1999.

Abstract: the article deals with the deep mercantilization of culture prevailing in contemporary society, which may influence the dynamics of production and reproduction of artistic manifestations that integrate the universe of assets. It also discusses the risk of turning cultural manifestations into fetishism, arguing that emphasis related to immaterial assets must be on production and reproduction of social group and on forms of transmitting such asset. In addition, it also argues that patrimonial goods are differentiated from other goods whereas they have an specific symbolic density that results from its eminently collective production.

Key words: *patrimony, fetiche, consumption, merchandise*

Notas

¹ O patrimônio imaterial foi oficialmente instituído pelo Decreto n. 3.551 assinado pelo Presidente da República em agosto de 2000. Esse decreto estabelece procedimentos que foram normatizados pelo IPHAN, designado como o Órgão representante do Estado e responsável pelo registro de determinada manifestação cultural, considerada um bem patrimonial que ocupa lugar legítimo no repertório da cultura brasileira.

² Gentrificação ou gentrification significa enobrecimento e renovação de áreas urbanas degradadas, especialmente os centros históricos.

* Professora no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco – M.R.E. – Brasília-DF. Antropóloga. Socióloga.
E-mail: mveloso@unb.br